



DIÁLOGOS POSSÍVEIS NO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: RESSONÂNCIAS DA ESPECIALIZAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA EM SANTA CATARINA (2015-2016)

Soraia Carolina de Mello¹
Jair Zandoná²

Resumo

Entre 2015 e 2016 o Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE), realizado pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), formou cerca de 140 docentes atuantes no estado como especialistas na temática. Para refletir sobre as possíveis reverberações do Curso no ensino de história, esta comunicação analisará os trabalhos defendidos por cursistas que são professoras/es de história, observando as temáticas escolhidas, os problemas apresentados e as abordagens historiográficas presentes nos trabalhos. Para tanto, utilizaremos os TCCs da especialização que estão disponíveis no Repositório Institucional da UFSC, assim como o livro “Transformando a educação em Santa Catarina...” (2017) que reúne pôsteres dos trabalhos defendidos.

Palavras-chave: Gênero, diversidade e ensino de história.

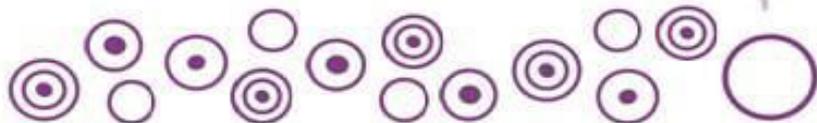
Ao pensarmos nos mais variados contextos nos quais os espaços escolares estão/são permeados – e atravessados – percebemos como é difícil (no sentido de que enfrentamos muitas resistências por parte de colegas/docentes, pais, mães, estudantes etc.) encontrar – e construir – espaços de discussão de questões que “fogem” da normatividade³. No que tange à literatura gay e lésbica, por exemplo, Rick Santos (1997) aponta para três importantes barreiras que impedem a leitura em sala desses textos: a homofobia, o etnocentrismo e o mito da conversão. Há muito já dito sobre homofobia e a segregação de pessoas que não se enquadrem no sistema *homem, branco, cristão, heterossexual*. Felizmente, os movimentos sociais, os estudos feministas e os estudos de gênero têm contribuições inquestionáveis quanto à, *grosso modo*, necessidade de se levar em conta os desdobramentos da(s) identidade(s) que o(s) sujeito(s) elabora(m) em sua(s) vida(s), os papéis e as funções que desempenha(m), a(s) qual(is) estão em constante construção, elaboração.

No Brasil, a inclusão da temática das diversidades no espaço escolar remonta à segunda metade da década de 1990, a partir do estabelecimento de políticas educacionais, de

¹ Doutora em História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina, soraiaa.mello@gmail.com.

² Doutor em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, jzandona@gmail.com.

³ Algumas discussões aqui retomadas estão em MELLO, ZANDONÁ, 2017.





prescrições curriculares e da oferta de diferentes cursos de formação continuada para profissionais da rede pública básica, desdobramento da nova Constituição. Desde então, as questões étnico-raciais, de gênero, de sexualidades e de deficiência no ambiente escolar têm sido objeto de interesse. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), de caráter orientador para as práticas docentes, sugerem, por exemplo, que se promovam contextos que possibilitem problematizar situações e atitudes discriminatórias e de injustiça social.

Com relação ao município de Florianópolis, a Câmara aprovou a Lei n. 8.679, em 14 de setembro de 2011⁴, na qual estabelece a inclusão dos estudos de gênero e da emancipação feminina no currículo escolar – do 6º ano do Fundamental II ao Ensino Médio –, no intuito de promover a conscientização e estimular o espírito crítico de crianças e jovens no combate às discriminações contra as mulheres. Essa medida vai ao encontro do que Richard Miskolci (2012, p. 46) pondera: “Em fins do século XX começamos a ver a emergência – com muita polêmica – de demandas de reconhecimento e ações afirmativas. As políticas governamentais criadas sob o rótulo da diversidade buscam fazer frente a esse novo cenário cultural e político tão recente quanto imprevisível.” Percebe-se o esforço do Estado em sistematizar tais demandas. O Ministério da Educação, por exemplo, criou em 2004 a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI⁵. Com base no PPA 2012-2015 – o Plano Mais Brasil – essa Secretaria

implementa políticas públicas integradas aos Programas e Ações da Educação Superior, Profissional e Tecnológica e Básica, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades educacionais, considerando diferentes públicos e temáticas, a saber: Educação Especial, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Quilombola, Educação em Direitos Humanos, Educação Inclusiva, Gênero e Diversidade Sexual, Combate à Violência, Educação Ambiental, Educação de Jovens e Adultos. As áreas de atuação da SECADI contemplam, ainda, agendas políticas de caráter intersetorial.⁶

Nessa mesma direção, a ONU Mulheres, em fevereiro de 2016, publicou planos de aulas para o Ensino Fundamental voltados à igualdade de gênero e ao enfrentamento à violência contra as mulheres e meninas⁷. Desse modo se, por um lado, observamos os movimentos ligados à reformulação curricular e à formação continuada de docentes a partir de

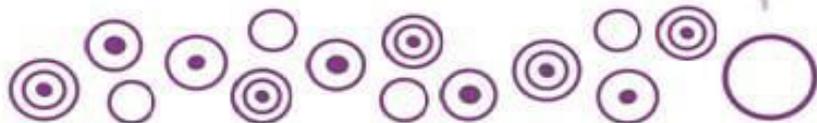
⁴ Disponível em: <

http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/19_09_2011_13.59.51.95db3116914bd2e9d183c9ec90f875a8.pdf>. Acesso em 20/05/2016.

⁵ Optamos por usar a nomenclatura corrente da Secretaria. O termo “Inclusão” foi integrado apenas em 2012.

⁶ Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoas>>. Acesso em 20/05/2016.

⁷ Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/na-volta-as-aulas-a-onu-mulheres-divulga-curriculo-e-planos-de-aulas-para-o-ensino-fundamental-sobre-igualdade-de-genero-e-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres-e-meninas/>>. Acesso em 20/05/2016.





iniciativas governamentais e impulsionados por interesses dos movimentos sociais, as quais ampliaram os debates sobre a diversidade de forma direcionada às escolas; por outro lado, nem as leis, nem as reformulações dos materiais didáticos como as adequações propostas pelo PNLD – Plano Nacional do Livro Didático – garantem que esses temas sejam efetivamente trabalhados em sala de aula.

Mareli Graupe (2014, p. 390) elabora sobre a importância que a educação exerce na produção das desigualdades, sobretudo “na constituição das masculinidades, nos comportamentos machistas, sexistas, racistas e homofóbicos”. Nesse sentido, é importante desconstruir a “ideia de uma essência ou natureza que explique e justifique as violências, as desigualdades de gênero, as ações discriminatórias, bem como, as desigualdades estabelecidas entre os vários grupos sociais”. Posto dessa maneira, a pesquisadora enfatiza a necessidade de haver uma pedagogia da equidade, que contemple as “temáticas de gênero, relações étnico-raciais, diversidade sexual, religiosidade e outras”, além de indicar/instrumentalizar competências necessárias às/aos profissionais da educação para que sejam capazes de [re]conhecer e de transformar o contexto escolar no qual está inserido, de modo que combata qualquer “modelo normativo de gênero, sexista e misógino”. A pedagogia da equidade possibilita/instiga para a “desconstrução de fobias, ideias preconceituosas e práticas de discriminação nas relações interpessoais e intergrupais, no currículo e na prática pedagógica.”

Essa prática alinha-se ao próprio projeto de implementação de cursos de Formação Continuada em Gênero e Diversidade na Escola no país como é o caso do GDE, ou de outras iniciativas como o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero⁸. Graupe estudou a implementação da segunda edição do Curso de Aperfeiçoamento em Gênero e Diversidade na Escola no estado de Santa Catarina, estabelecendo uma avaliação do processo de sensibilização das/dos profissionais da educação. Entre os resultados, muitas/os manifestaram que, apesar do contato com as temáticas propostas no curso, não se sentiam asseguradas/os no espaço escolar e que, para reverter essa realidade, seriam necessárias mudanças nas formas de pensar e nas suas próprias crenças pessoais (GRAUPE; GROSSI, 2014). Em outras palavras, a noção de diversidade e de heterogeneidade deveriam ser incorporadas como práticas necessárias. Daí a necessidade de uma pedagogia da equidade (GRAUPE, 2014).

⁸ Que pretende “Estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismo, além de promover a participação das mulheres no campo das ciências e das carreiras acadêmicas. O Prêmio é resultado da parceria entre o Ministério da Educação e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres)”. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoess?id=17454>>. Acesso em 20/05/2016.





Entretanto, e isso não é novidade no contexto brasileiro, ações como a propagação da ideia de “ideologia de gênero”, vinculada a ideais religiosos-conservadores, e das propostas filiadas ao Programa Escola sem Partido, estão buscando criminalizar esses debates dentro das escolas. Especificamente sobre este programa, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) publicou em 23 de agosto de 2017 a Resolução n° 7⁹, na qual repudia iniciativas que tenham como objetivo restringir, em ambiente escolar, a liberdade de comunicação sobre temas relacionados à política ou “cercear o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”. Ou seja, há forças conservadoras crescentes que, apesar de não serem amparadas por lei (suas ações são geralmente inconstitucionais), tem trabalhado efetivamente para ter respaldo social para minar a possibilidade de continuidade dessas políticas públicas inclusivas. Os resultados previstos, caso esses movimentos antidemocráticos prevaleçam, podem ser inferidos pelos dados que já temos elencados por diferentes pesquisas no país¹⁰: escolaridade mais baixa de crianças e jovens não brancos e/ou não heterossexuais, reprodução de estereótipos e das mais diversas violências de gênero no espaço escolar, fazendo da educação formal ambiente gerador daquilo que Berenice Bento (2011) chamou de *heteroterrorismo*.

Discutir, então, as possibilidades de debate da temática gênero e diversidade voltada à disciplina histórica escolar faz-se necessário em meio às tensões vistas e relatadas nos últimos meses em diferentes contextos escolares. As questões de gênero e sexualidade assumiram um protagonismo nunca antes visto. Nesse sentido, partimos de nossa experiência no Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, realizado pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da UFSC entre 2015 e 2016, que formou cerca de 140 docentes atuantes no estado como especialistas na temática. Para refletir sobre as possíveis reverberações do Curso no ensino de história, trazemos os trabalhos defendidos por cursistas que são professoras/es de história, observando as temáticas escolhidas, os problemas apresentados e as abordagens historiográficas presentes nos trabalhos. Para tanto, utilizaremos os TCCs da especialização que estão disponíveis no Repositório Institucional da UFSC, assim como o livro “Transformando a educação em Santa Catarina...” (2017) que reúne pôsteres dos trabalhos defendidos.

⁹ Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cndh/resolucoes/Resoluon07escolasempartido_APROVADA.pdf>. Acesso em 09/09/2017.

¹⁰ Como referência muito citada nesse sentido temos LOURO, 2003.





TCCs

Título: Gênero na escola: modelos hegemônicos ameaçados

Tema: Aborda um pouco de histórias de vida.

Orientadora: Myriam Aldana (Sociologia)

Título: Gênero e Sexualidade: relatos de uma experiência em Educação, História e Direitos Humanos

Tema: Ensino de história e história dos direitos humanos. (Projeto Papo sério)

Orientadora: Marisa Naspolini (Comunicação Social/Jornalismo)

Título: Desenvolvimento de planos de aula com temas sensíveis: Mulheres e violações dos Direitos Humanos no Brasil e em Timor-Leste

Tema: Ensino de história e temas sensíveis.

Orientadora: Cristina Scheibe Wolff (História)

Título: A lei federal 10639/03: uma intervenção na escola

Tema: Lei 10639/03.

Orientadora: Rochelle Santos (Comunicação Social/ Publicidade e Propaganda)

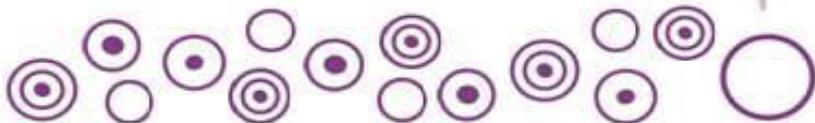
Título: A representação das mulheres durante a ditadura militar nos livros didáticos de História do ensino fundamental

Tema: Ditadura, mulheres, livros didáticos de história.

Orientadora: Janine Gomes da Silva (História)

Algumas considerações

É importante considerarmos que esses trabalhos listados, representam menos de 1/3 (17 trabalhos levantados, de um total de 139 TCCs defendidos) daqueles produzidos por historiadoras/professoras de história na Especialização do GDE em Santa Catarina. Quer dizer, apesar de quase todas as monografias trazerem pequenas contextualizações históricas das temáticas escolhidas, a abordagem histórica não foi a preferencial no curso, nem a majoritária entre historiadoras/es. É importante destacar, ainda, que nenhum dos homens historiadores do curso abordou diretamente ensino de história ou focou na historicidade do seu tema. Desse modo, observando os temas escolhidos, percebemos que são variados, mas



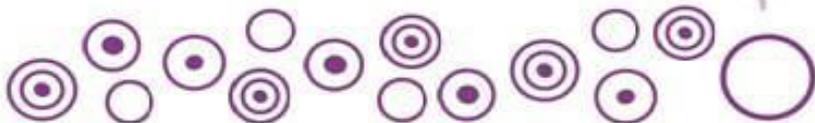


quase todos perpassam direitos humanos (história e direitos humanos, ou história e identidades, posicionalidades dos sujeitos etc.). O que isso nos informa sobre ensino e história e as temáticas de gênero e diversidade?

Mesmo que focalizando em Santa Catarina, e especificamente no ano de 2016, podemos pensar sobre algumas questões. A disciplina História, por mais que à primeira vista possa se mostrar como um dos espaços mais propícios no ambiente escolar para se discutir essas questões, nem sempre é tão aberta às temáticas de gênero e sexualidade. Se por um lado as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, dialogando com teorias decoloniais, transformaram muito o ensino de história tanto nas escolas quanto nas universidades, as temáticas de gênero encontram diferentes resistências, conforme apontam Cristiani B. da Silva (2007) e Susane R. de Oliveira (2014). Podemos tomar como exemplo o já consolidado campo acadêmico de produção sobre a História das Mulheres, que se relaciona diretamente com os estudos de gênero e a epistemologia feminista, e que não reverbera (nem de perto) com a mesma intensidade no ensino de história escolar. A historiografia, mesmo acadêmica, voltada a grupos LGBTs e expressões que fujam à heteronormatividade ainda é incipiente, e sobre essas pessoas menos ainda se fala nas aulas de história, e quase nada se lê nos livros escolares. Foi partindo da percepção dessas ausências que pensamos nesta comunicação, que traz indagações iniciais sobre essa invisibilidade.

Referências

- BENTO, B.. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, Ago. 2011.
- GRAUPE, M. E.; GROSSI, M. P. Desafios no processo de implementação do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) no estado de Santa Catarina. **Poiésis**, Tubarão, v. 8, n. 13, p. 104-125, 2014.
- GRAUPE, M. E.. Pedagogia da equidade: gênero e diversidade no contexto escolar. In.: MINELLA, L. S.; ASSIS, G. de O; FUNCK, S. B. (Orgs.). **Políticas e fronteiras**. Tubarão: Ed. Copiart, 2014, p. 389-408.
- LOURO, G. L.. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MELLO, S. C. de; ZANDONÁ, J. Gênero e diversidade no PIBID História: relato de experiência. In: III Seminário Internacional História do Tempo Presente, 2017, Florianópolis. **Anais do III Seminário Internacional História do Tempo Presente (2017)**. Florianópolis: FAED/UEDESC, 2017. p. 1-13.





OLIVEIRA, S. R. de. Ensino de história das mulheres: reivindicações, currículos e potencialidades. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S. R. de; ZANELLO, V. **Estudos Feministas e de Gênero: Articulações e Perspectivas**. Florianópolis: Mulheres, 2014, p. 276-291.

SANTOS, R.. Subvertendo o cânone: literatura gay e lésbica no currículo. **Gragoatá**, n. 2, 1997, p. 181-189.

SILVA, C. B da. O saber histórico escolar sobre as mulheres e as relações de gênero nos livros didáticos de História. **Caderno Espaço Feminino** (UFU), v. 17, p. 219-246, 2007.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

